

## PROCESSOS DE FORMAÇÃO DO SER SOCIAL QUILOMBOLA: EXPERIÊNCIAS DA CLASSE TRABALHADORA ALARGADA NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

Ellen Rodrigues Da Silva Serrão<sup>2</sup>

### Resumo

Trata-se de alguns resultados de pesquisa realizada entre 2020-2024, ancorados no método dialético materialista histórico, decorrente do curso de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia/UFGA. Caracterizados na experiência das lutas das trabalhadoras/es da Terra ao construir modos de vida centrados no trabalho ontológico, na contradição com o capitalismo e ao compor a classe trabalhadora em seu fazer-se alargada, construiu evidências através do Quilombolar-se em Mocajuba/PA, Amazônia região Tocantina, de outras lutas rumo à construção de outro mundo necessário.

**Palavras-chave:** Processos de formação; Educação Quilombola; Classe trabalhadora alargada

## PROCESOS DE FORMACIÓN DEL SER SOCIAL QUILOMBOLA: EXPERIENCIAS DE LA CLASE TRABAJADORA AMPLIADA EN LA AMAZONÍA

### Resumen

Estos son algunos resultados de investigaciones realizadas entre 2020-2024, ancladas en el método dialético materialista histórico, resultantes del curso de doctorado del Programa de Posgrado en Educación en la Amazonía/UFGA. Caracterizado por la experiencia de las luchas de las trabajadoras en la Tierra al construir modos de vida centrados en el trabajo ontológico, en contradicción con el capitalismo y al componer la clase obrera en su yo expandido, construyó evidencia a través del Quilombolar-se en Mocajuba/PA, región amazónica de Tocantina, de otras luchas por la construcción de otro mundo necesario.

**Palabras-clave:** Procesos de formación; Educación Quilombola; Amplia clase trabajadora

## PROCESSES OF FORMATION OF THE QUILOMBOLA SOCIAL BEING: EXPERIENCES OF THE EXTENDED WORKING CLASS IN THE AMAZONIA

### Abstract

These are some results of research carried out between 2020-2024, anchored in the historical materialist dialectical method, resulting from the doctoral course of the Postgraduate Program in Education in the Amazon/UFGA. Characterized by the experience of the struggles of female workers on Earth when building ways of life centered on ontological work, in contradiction with capitalism and when composing the working class in its expanded self, it built evidence through Quilombolar-se in Mocajuba/PA, Amazon region of Tocantina, of other struggles towards the construction of another necessary world.

**Key words:** Quilombola training processes; Quilombola Education; Broad working class;

<sup>1</sup>Artigo recebido em 11/12/2024. Primeira Avaliação em 04/02/2025. Segunda Avaliação em 04/02/2025. Aprovado em 22/02/2025. Publicado em 09/04/2025.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.65710>.

<sup>2</sup> Ellen Silva Yansã. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFGA) - Brasil. Professora atuando na Direção do Departamento da Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Mocajuba/PA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPT e Grupo de Estudos Ampliados – MINKA. E-mail: [ellensilva@ufpa.br](mailto:ellensilva@ufpa.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3349356526857497>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2030-463X>.

## Introdução

*“A minha melhor escola é ser quilombola. A educação e o movimento social nos transformam...” (Mulher quilombola, liderança do Segundo Distrito de Mocajuba/PA, em 29 de maio de 2021)*

A escola de ser, de tornar-se. A educação, o movimento social acontece no chão da luta de cada dia, mobiliza o vento da gira que gira os mundos e constrói relações entre natureza-humanos-natureza; nos ensinam mulheres e homens quilombolas ao produzirem a vida na Amazônia. Relações entre seres da Mãe Terra, numa unidade do diverso configuram processos de formação tão econômicos quanto culturais. São “outras escolas” que estão nos rios, dançar das águas; na cheia e vazante; no tempo de chuva, de lua, das nuvens; nas flores e roças; na floresta, plantas, folhas, raízes, sementes; também está nos animais, não-humanos, encantados em meio a atalhos, esconderijos, varadas, rasgos, galhos, furos, cipós, igapós, igarapés; na forma de andar, falar, cantar; nos cheiros, sabores, saberes que circulam. Nos indicou mulheres quilombolas, como rosas dos ventos, o caminho do Quilombolar-se.

Eis alguns elementos do fazer-se ser social com identidades de classe, gênero, quilombola na Amazônia. Experiências sentidas, percebidas, vividas e modificadas conforme Thompson (1981). Achados sobre Educação quilombola, evidenciados por meio de entrevistas e rodas de conversas com 13 quilombolas (quatro lideranças quilombolas, quatro professores/as quilombolas, uma coordenadora pedagógica quilombola, três jovens quilombolas, e uma mulher quilombola - mãe de estudante quilombola), considerados<sup>3</sup> para fins deste artigo.

De tal modo, tendo o fio método dialético materialista histórico e algumas de suas principais categorias: mediação, contradição, particularidade e totalidade, tal qual fio de *Ananse*<sup>4</sup> entremeado aos dedos, teceu-se o *panô*<sup>5</sup> – modo de exposição.

---

<sup>3</sup> Registra-se que ao todo foram 53 quilombolas (trinta e seis mulheres e dezessete homens) – participantes diretos da pesquisa.

<sup>4</sup> Trata-se de mitologia africana relacionado ao fio de prata da Deusa Aranha ou Ananse. Pode ser verificada no livro da Profa. Dra. Zélia Amador de Deus (2019), intitulado “Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse”. Conferir: AMADOR DE DEUS, Zélia. Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult-Pará, 2019.

<sup>5</sup> Panô aqui é referente a técnica africana de contar histórias através de estampas em tecido. Palavra de origem angolana é carregada de várias denominações. Assim como as técnicas, a nomeação dos tecidos africanos depende de cada grupo étnico e região.

Isso porque, buscou-se neste percurso problematizar a hipótese que a partir de lutas sociais, “escola da experiência” (Luxemburgo, 2018), em defesa de modos de vida não capitalistas, a citar a experiência quilombola na Amazônia região Tocantina, ocorrem processos que em si são de formação econômico-cultural da classe trabalhadora alargada.

Nesse sentido, lutas comunitárias cotidianas em defesa da vida dos territórios quilombolas: lutas por demarcação, por acesso a saúde, educação específica, lutas contra privatização da água, lutas contra barragens, hidrovias, ferrovias, rodovias, que tentam passar como se “passa a boiada” por cima dos territórios-comunidades/povos tradicionais, e ainda monocultivos e *plantations*, dentre outras, se despontaram em evidências.

Contudo, tomada pelo entendimento de acordo com Thompson (1981) de que evidências não respondem por si mesmas, nos debruçamos a interrogá-las. Afinal, em que elementos de afirmação do ser social podemos apontar processos de formação econômico-cultural em contraposição ao modo capitalista de produção da existência humana? Diante desse contexto, como compreender relações dialéticas entre trabalho-educação e economia-cultura que conformam o fazer-se da classe trabalhadora de forma a compreendê-la como classe alargada?

Nessa perspectiva, ao analisar elementos dos processos de formação econômico-cultural da classe trabalhadora alargada, que conformam a afirmação do ser social com identidades de classe, gênero, quilombola na contradição trabalho-capital, verificada na experiência da Amazônia, região Tocantina<sup>6</sup>, a experiência demonstrou que mulheres e homens quilombolas lutam pela vida como trabalhadoras/es da Terra. Ao construir modos de vida centrados no trabalho ontológico, na contradição com o capitalismo, e ao compor a classe trabalhadora em seu fazer-se, aponta processos do seu alargamento, verificado através do Quilombolar-se da Comunidade São José de Icatu; das Comunidades: Vizânia, Santo Antônio do Vizeu, São Bendito do Vizeu, Itabatinga, Uxizal, Porto Grande,

---

<sup>6</sup> Trata-se da mesorregião do Nordeste Paraense e na microrregião do Baixo Tocantins, que também temos pensado a partir do termo Amazônia Tocantina, ou seja, em termos histórico-políticos do que dá base para essa noção de Região Tocantina. Portanto, a noção, o termo, ou a expressão de Amazônia Tocantina se constrói a partir da região que é banhada pelo Rio Tocantins, no Estado do Pará, a partir dos municípios a jusante da hidrelétrica de Tucuruí: Baião, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Oeiras. Registra-se que esse termo, noção, ou expressão pode se tornar categoria ou conceito, não sendo, encontra-se em processo de fazer-se.

Mangabeira (Segundo Distrito); e Tambaí-Açu em Mocajuba/PA, Amazônia região Tocantina.

Destaca-se nesse sentido, que o termo “Quilombolar-se” é um neologismo (que pode vir a ser categoria/conceito) criado a partir da fala dos participantes da pesquisa de forma a expressar o fazer-se Quilombola na Amazônia, com base em Gramsci (1999, p. 414), ao nos dizer que se homens e mulheres podem controlar seus próprios destinos, se podem fazer-se, podem criar suas próprias vidas. Portanto, sendo mulheres e homens “um processo, precisamente o processo de seus atos” (Gramsci, 1999, p. 414) criando sua própria vida vão “quilombolando”, como nos disse a professora quilombola (entrevista 5<sup>7</sup>, ago.2023).

Assim, em vez de tratarmos como fazer-se quilombola, nomeamos essa experiência do ser social de Quilombolar-se, compreendendo-a como sinônimo de fazer-se enquanto trabalho, cultura, educação e identidade.

Isso implica que, para tratarmos sobre o alargar da classe trabalhadora com base na experiência do Quilombolar-se, precisamos partir de alguns elementos entendidos como processos, ou seja, que mulheres e homens quilombolas se fazem classe trabalhadora como identidade de trabalhadoras/es da Terra ao produzirem seus territórios coletivos por meio de lutas comunitárias cotidianas (lutas que alargam as lutas da classe trabalhadora) contrárias ao sentido produtivo impetrado pelo capitalismo (individualista, consumista, acumulador, lucrativo, explorador, violento) produzem a si mesmas.

À medida que experienciam lutas comunitárias cotidianas em defesa de seus modos de vida e se contrapõem ao modo de produção capitalista, acontecem processos de formação. A essas lutas podemos denominar de luta[s] de classes, observando que o “[s]”, em destaque, comporta o sentido da “unidade do diverso”, conforme Marx (1976, p. 116), das lutas que formam econômica e culturalmente a classe trabalhadora, já que também são lutas contra hierarquias sociais (etnia, racismo, gênero, mulheres e LGBTQI+ ), ou “miseráveis”, como nos disse Prachad (2023). Isto é, os feitos excluídos, “minorias” pelo capitalismo.

Daí a compreensão do “alargar-se” da experiência da classe trabalhadora ao integrarmos os conceitos tanto de Gramsci (1989) quanto de Williams (2011) como

---

<sup>7</sup> Optou-se por nomear e diferenciar os participantes diretos da pesquisa, nessa exposição, dada as diretrizes éticas deste periódico, de acordo com a ordem em que se deram as entrevistas e rodas de conversas.

processos em termos de hegemonia, já que ambos incorporam que a classe não sendo estática pode ser entendida por meio da junção entre os elementos da base-superestrutura. Portanto, de acordo com Thompson (1987) como processos permanentes de formação tanto econômico quanto cultural, o alargamento da classe trabalhadora estando para além das lutas dos chãos das fábricas, partidos, sindicatos, também podem ser verificados em lutas comunitárias cotidianas.

Nesses termos, considerando o espaço-tempo restrito desta exposição, apresentamos em duas seções que se articulam, alguns elementos do “Quilombolar-se” considerando as experiências de “outras” escolas da Educação Quilombola. E, para continuarmos a fazer-pensar outras pesquisas, encerramos com considerações.<sup>8</sup>

### **“Outras” Escolas da Experiência: Lutas Comunitárias Cotidianas**

“Escolas”, “outras escolas” assim se faz a Educação Quilombola ou “escolas da inspiração ou da brincadeira”, como nos disse Bispo (2023), “escolas da oralidade” de mestras e mestres que falam, ensinam pelo olhar, pelo corpo, por desenhos, oralidade, pois

no quilombo, contamos histórias na boca da noite, na lua cheia, ao redor da fogueira. As histórias são contadas de modo prazeroso e por todos. [...] Nós contamos histórias sem cobrar nada de ninguém, o fazemos para fortalecer a nossa trajetória. E não contamos apenas as histórias dos seres humanos, contamos também histórias de bichos: macacos, onças e passarinhos; *vizage e encantados* (Bispo, 2023, p.24, grifos nossos).

As comunidades quilombolas e suas “escolas” diversas, também nos contam suas lutas, suas dores, recontam e nos encantam os ensinamentos de seus saberes. Como “outras escolas” são a própria Educação Quilombola, que *“infelizmente ainda não está na escola”*, nos disse a liderança quilombola da ACREQTA<sup>9</sup> (entrevista 10, ago.2023). Porém, parafraseando Mészáros (2008), felizmente se faz traço da educação que tem formado a classe trabalhadora alargada na Amazônia. Educação

---

<sup>8</sup>Uma primeira versão desse texto foi apresentada no XIII Seminário Nacional sobre Trabalho e Educação na Amazônia, realizado no campus Belém da UFPA em novembro de 2024.

<sup>9</sup> Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Tambaí-Açu.

dos movimentos sociais que interrogam espaços sistematizados de educação, universidades (Arroyo, 2006) e “escolas escrituradas” segundo Bispo (2023).

Educação Quilombola que estremece as estruturas das escolas do campo e da cidade ao questionar suas bases, seus princípios, suas matrizes curriculares, sua organização pedagógica, sua alimentação, seu tipo de transporte, enfim, põe em evidência “outras escolas” do quilombo, onde, de acordo com a professora quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023) *“há pessoas que não conhecem”*, professores/as que não são do chão das comunidades quilombolas, mas estão em sala de aula de escolas quilombolas. A nossa interlocutora destaca, ao reforçar a necessidade da Educação Quilombola estar na Escola Quilombola, *“[...] o professor que não é quilombola, não se cria aqui. Quem não conhece a nossa realidade aqui, não buia”*.

São essas percepções, baseadas na experiência vivida de professoras e professores quilombolas, assim como na de lideranças, crianças e jovens quilombolas, que permeiam esta seção na qual apresentamos achados evidenciados em conteúdo de falas, tais como: *“no movimento da educação, principalmente, a gente se redescobriu. Temos direito!”*, como nos disse a coordenadora pedagógica quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023). Essa redescoberta nas palavras da mesma é uma das evidências do acontecer dos processos de formação econômico-cultural em curso do ser social com identidades de classe, gênero e quilombola em Mocajuba/PA.

Assim, professor que *“não buia”<sup>10</sup>*, para a professora quilombola da Vila Vizânia (34 em roda de conversa 2, jul.2023) significa ser aquele que não emerge por não sentir o pertencimento do ser quilombola, não sente a energia ancestral, conforme Krenak (2022). Energia que vem de dentro de si. *“Ela vem de dentro, de dentro ela vem, toda energia que o quilombo tem”*, nos ensina o Movimento Social Quilombola que forma o povo e abala as estruturas da escola sistematizada<sup>11</sup>,

---

<sup>10</sup> Trata-se de regionalismo amazônico e significa boiar, flutuar, manter-se à tona d'água (Anotação de campo, jul.2023).

<sup>11</sup> Compreende-se a escola sistematizada como aquela operada, organizada e gerida pelo sistema formal de ensino, seja local, estadual ou federal. Assim, a Escola Sistematizada operada a reproduzir a ideologia do sistema hegemônico vigente, tende a também reproduzir a educação ocidentalizada e em geral reproduz a perspectiva cultural de educação para o capitalismo, pautada em valores meritocráticos, individualista, focada na competição e no consumismo. Nesses termos, a escola sistematizada torna-se um aparelho reprodutor de um sistema operado, segundo Abdias Nascimento (1978), para “abater” no campo simbólico, subjetivo o povo negro no Brasil. Ampliando, nesse sentido, o lugar da escola sistematizada é um dos lugares onde o racismo se manifesta com

eurocentrada, ocidentalizada, embranquecida, racista, ao ecoar a voz – força da identidade.

Lutas identitárias (composto das lutas comunitárias cotidianas) que giram o movimento e produzem reconstruções do *ser em si* e *ser para si*, como movimento social que educa e assim como Givânia Silva (2016, p. 34) percebeu que “a partir de um encontro comigo mesma é que me oriento e busco perspectivas que respondam a mim e a um coletivo do qual também pertenço”, a coordenadora pedagógica quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023) também “parece” nos dizer que se reencontrou ao se reconstruir na luta pela educação do coletivo ao qual pertence – “*quilombola das águas da Vila Vizânia*”, educação que “*hoje entendo, precisa ser construída por nós mesmas, como nada pra nós sem nós*”, continuou.

Elementos do ser em si que ao se formar no movimento social entendeu que suas lutas comunitárias cotidianas, as questões que levantam e as necessidades que sentem “[...] só interessam a nós mesmos” (Silva, 2016, p. 29), por isso as soluções para as problemáticas voltadas à educação escolar quilombola, não podem ser produzidas sem a escuta e a participação das comunidades.

Desse modo, na construção histórica da Educação Escolar Quilombola no Brasil, sua base fundamental é a Educação Quilombola e na medida em que o processo de reconhecimento dos quilombos avança, outros direitos emergem de forma a garantir a permanência nesses espaços. Assim, foram elaboradas diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB 08 de 20 de novembro de 2012<sup>12</sup>. Contudo, para se chegar à normativa de 2012, um longo processo precisou ser realizado, discutido.

Pensando na analogia do antes do antes da semente, delineada desde as primeiras linhas que costuram e tecem este *Panô*, é necessário destacar, como nos demonstraram nossos participantes diretos da pesquisa, dentre estes a liderança quilombola da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023) na Comunidade Quilombola Tambaí-Açu que

---

veemência e precisa ser combatido pelo fato de a forma de sua organização e sua gestão tender à reprodução do racismo institucional historicamente enraizado no racismo estrutural brasileiro.

<sup>12</sup>Disponível:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192) . Acesso em 20 de dezembro de 2020.

[...] essa luta não é de agora. Essa luta é antiga. Essa luta é uma luta desde quando nossos ancestrais foram arrancados da África. Isso não podemos esquecer. Por isso a importância de uma educação que nos represente, pois corremos o risco de tudo que é nosso desaparecer, se a nossa educação não se fortalecer, inclusive na escola.

Luta antiga que atravessa a história. Luta pela educação quilombola que se apresenta como preocupação em todas as nove comunidades quilombolas pesquisadas, a saber: São José de Icatu, Tambaí-Açu, Santo Antônio do Vizeu, São Benedito do Vizeu, Vila Vizânia, Itabatinga, Uxizal, Mangabeira, Porto Grande. Isso porque, essas comunidades se viram ameaçadas de diferentes formas, entre elas pela iminência das escolas em territórios quilombolas serem ocupadas por profissionais, sobretudo professoras/es, não quilombolas.

Há um sentimento geral entre todas entrevistadas/os, que aponta enfraquecimentos dos territórios a partir das escolas sistematizadas, caso permaneça a situação atual de as aulas serem ministradas por pessoas não quilombolas. Isso, por exemplo, foi manifestado nas palavras da mulher quilombola (Entrevista 7, ago.2023), mãe de estudante quilombola no Tambaí-Açu:

[...]aqui, depois dessas mudanças na escola, já observei algumas mudanças com as nossas crianças, pois não vemos mais as professoras cantarem as músicas do quilombo e nem incentivando as crianças a tocarem o samba. Acho que é porque elas [professoras novas] não sabem...”.

As mudanças que a mulher quilombola – mãe de estudante (Entrevista 7, ago.2023) levanta se referem às ações ocorridas no município de Mocajuba/PA, ocasionadas pela substituição de professoras quilombolas da própria comunidade, por concursados/as que, em geral, moram na cidade. Situação complexa que o espaço restrito desta exposição não nos permite aprofundar, mas que podemos apontar como característica da educação sistematizada ao não escutar as comunidades e não considerar a necessidade que conduz comunidades e povos tradicionais a lutarem por escolas, parafraseando a professora anciã quilombola da Comunidade Itabatinga (entrevista 19, jan.2024), preenchidas de vida do quilombo, o que fundamentalmente perpassa por uma educação de base comunitária, uma



educação que precisa ser realizada pelas próprias pessoas da comunidade, conforme orientam as diretrizes CNE 08/2012 e CME 039/2022<sup>13</sup>.

Diante desse contexto, quando não é garantido o direito à Educação Escolar Quilombola nas bases comunitárias da Educação Quilombola, constrói-se uma lacuna que, segundo a professora quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023), *“não é qualquer pessoa, principalmente sem formação, que vai conseguir fazer”*, ou preencher.

Essas situações relacionadas à Educação Quilombola e à Educação Escolar Quilombola têm causado preocupações entre as/os quilombolas que lutam pelo direito fundamental à educação, pois o Estado se mostra inerte a promoção desse direito ao negar essas existências em termos, sobretudo enquanto organização como “outras” escolas, “outros” currículos.

Assim, as comunidades quilombolas em Mocajuba/PA têm se constituído por múltiplas mediações, conforme Marx e Engels (2009). Não isoladas, potencializam-se ao se fazerem classe na contradição entre mediações de primeira ordem e mediações de segunda ordem, de acordo com Mészáros (2016). Processos que produzem, segundo Tiriba (2022) baseada em Williams (2011), estruturas de sentimento, ao se mostrarem como movimento de organização contra as ações da hegemonia vigente.

Ao relacionar as falas de todos os participantes da pesquisa nos termos trazidos pela professora quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023), observamos semelhanças entre a luta pela educação quilombola e o que vivenciam expresso na percepção de estarem “rodeadas” por todos os lados, tal qual ilhas, por outras ameaças que vão desde questões ambientais a questões produtivas-culturais, ou à permanência da juventude nas comunidades.

No que concerne, especificamente, a permanência da juventude nas comunidades, a ameaça das novas tecnologias – compreendidas como “redes sociais” ou redes cibernéticas – tem sido acompanhada de perto pelas lideranças quilombolas, pois elas estão diretamente ligadas aos interesses da juventude que são seus filhos, sobrinhos, primos, enfim *“somos todos parentes aqui na*

---

<sup>13</sup> Documento que trata sobre as Diretrizes Municipais para Educação Escolar Quilombola de Mocajuba/PA. Pode ser verificado na íntegra no site da Malungu: <https://malungu.org/luta-do-movimento-quilombola-para-implantar-diretrizes-curriculares-municipais-para-educacao-escolar-quilombola/>. Acesso em 06 de abril de 2024.

*comunidade*”, como afirmou a professora quilombola Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023).

Assim, não é uma experiência observada de fora, mas algo que experienciam em suas próprias famílias e comunidades e estão, como nos disseram as próprias vozes das juventudes nas comunidades quilombolas, *“observando que as redes sociais tiram atenção dos jovens. Hoje isso é muito forte, por isso estamos lutando para mudar essa ideia e fazer com que a rede social caminhe conosco para nos ajudar”*, afirmou a jovem quilombola (entrevista 40), de 19 anos, coordenadora do Grupo de Jovens – Igreja Católica, da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023). Trata-se de processos de formação na contradição com processos “deformadores” pensados a partir de Lélia González (2021).

Ao serem “deformadores”, parece-nos que estão carregados por mediações de alienação, de acordo com Meszáros (2016). Sendo as tecnologias, em tempos atuais, instrumentos ideológicos capitalistas, portanto altamente capazes de potencializar necessidades do *ter* em detrimento do *ser* já que estão concebidas de forma a conduzir indivíduos ao culto do consumo, à necessidade enquanto desejo.

Dáí a assertiva das lideranças em relação à preocupação com a educação e com as juventudes quilombolas, pois as tecnologias e a alienação capitalista inerentes, sobretudo, nas tais redes sociais, podem *“quem sabe até levar o jovem a pensar que sair daqui é melhor”*, nos disse a liderança quilombola da CRESQJI<sup>14</sup> no Quilombo São José de Icatu (Roda de conversa 1, jul.2023). Preocupações com a juventude reveladas não apenas por lideranças da Comunidade Quilombola São José de Icatu, mas também pelas lideranças da juventude quilombola, como observamos nas falas em roda de conversa (2, jul.2023), no Quilombo Vila Vizânia.

Contudo, há que se compreender, embora o capitalismo tente, o ser humano não é essencialmente egoísta a ponto de não ser transformado ou a ponto de que

[...] sua natureza humana seja fixa (ou, de fato, qualquer coisa fixa). Na visão de Marx, o ser humano não é nem egoísta nem altruísta. Ele [*gênero humano em toda sua diversidade*] é feito por sua própria atividade, naquilo que ele é a qualquer tempo. Assim sendo, se a atividade for transformada, a natureza humana egoísta de hoje mudará no devido tempo (Meszáros, 2016, p. 135, grifos nossos).

---

<sup>14</sup> Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo São José de Icatu.

Daí a necessidade da educação transformadora, no sentido de potencializar a *socialidade*, essa sim inerente aos seres humanos (Mészáros, 2016, p. 35). Educação atenta ao que também nos pontuou o jovem quilombola da Comunidade São José de Icatu (Roda de conversa 1, jul.2023) em relação à falta de participação da juventude nas atividades da associação. Para ele, a dificuldade é, por exemplo,

manter a juventude presente por muito tempo lá [nas oficinas de formação], pois a juventude tem agenda própria, né? (risos) Tem jogo de futebol, tem vôlei, tem outras coisas mais, não sei o quê, mas sempre tem, principalmente jogar, a juventude gosta muito, muito mesmo é de jogar bola e daí é tudo é mulher, homem, tudo aí gostam da bola (risos).

A fala do jovem quilombola da Comunidade São José de Icatu está relacionada aos processos de construção do protocolo de consulta<sup>15</sup> na Comunidade Quilombola São José de Icatu, dos quais ele participou integralmente junto à coordenação da CRESQJI. Como processos de formação, essas observações sobre a dificuldade de manter a *“juventude presente”*, conforme nos revelou, também percebemos nas “outras” lutas, das “outras” escolas que formam a juventude quilombola.

Dessa forma, tanto o jovem quilombola de São José de Icatu (Roda de conversa 1, jul. 2023), quanto a jovem quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023) ao nos trazerem as vozes da juventude em formação nas comunidades quilombolas nos remetem aos estudos de Givânia Silva (2016) sobre esse tema, nos quais ela faz aproximações ao observar, no Quilombo Conceição de Crioulas/PE, que a juventude por lá também preferia jogar bola, assistir televisão, olhar o celular. Assim, construíram possibilidades por meio do Projeto Político Pedagógico Territorial Quilombola (PPPTQ) para que a Juventude se sentisse parte do processo, criando dois mecanismos: “jornal ‘Crioulas: a voz da resistência e o Crioulas Vídeo’” (Silva, 2016, p. 170).

Semelhante a esse processo de formação também ocorreu, conforme nos relatou a jovem quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023) na Comunidade Quilombola Vila Vizânia, durante a Pandemia, precisando, no entanto, essa experiência ir com *“força para dentro da escola quilombola, estamos*

---

<sup>15</sup> Trata-se de direito garantido às Comunidades Tradicionais através da Convenção 169/OIT – Organização Internacional do Trabalho.

*trabalhando nessa direção*”, nos disse a professora quilombola da Vizânia em mesma roda de conversa (2, jul.2023), pois

[...] o envolvimento do conjunto das pessoas que ali reside, para pensar coletivamente uma estratégia que tenha como pano de fundo a metodologia de construção do Projeto Político Pedagógico do Território [...] e da busca de autonomia do grupo e ‘fazer’ com que os jovens, as mulheres e as lideranças estejam elas ligadas diretamente à educação ou não, sejam protagonistas, o que foge das lógicas e modelos estabelecidos pela educação em nosso país (Silva, 2016, p. 172).

Isso é o que estão fazendo as/os professoras/es quilombolas em Mocajuba/PA na luta pela educação que os representa – a Educação Quilombola, conforme prevista na resolução construída pelo Movimento Social Quilombola em Mocajuba, resolução CME 039/2022. Educação essa que ainda não está nos chãos das escolas sistematizadas. Daí o receio da liderança da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023) ao nos revelar que *“isso não podemos esquecer”*, ou seja, esquecer a história que arrancou seus ancestrais da África para territórios brasileiros, história escravista, história das violências que enfrentaram, das perdas irreparáveis e do risco do desaparecimento de toda sua história e identidade. Esses são sentimentos que mobilizam as comunidades quilombolas para o enfrentamento, para a luta por seus territórios.

Educação Quilombola que não pode continuar do lado de fora da escola, que precisa estar no currículo, daí a necessidade da *“educação que nos represente”*, como reforçou a liderança quilombola da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023). Educação “plantada em outras bases e em outros contextos adversos enfrenta as dificuldades e as transforma em força e ferramenta de lutas” (Silva, 2016, p. 173). Bases essas que a juventude quilombola precisa preencher, pois a escola, sobretudo da cidade que tem recebido essa juventude (anos finais e ensino médio), está “ameaçando” essas raízes plantadas como “outra” educação, as quais a liderança quilombola da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023) frisou que não podem e não devem ser esquecidas.

Contudo, para se compreender os elementos dessa educação reivindicada pelas comunidades quilombolas de Mocajuba/PA, sobretudo a partir de 2018, temos que relembrar, por exemplo, baseado em Givânia Silva (2016), as reivindicações

nesse campo anteriormente referenciadas e construídas pelo Movimento Negro Brasileiro, a citar o “Quilombismo” de Abdias Nascimento (2002).

Essas e outras mobilizações resultaram “em propostas concretas [...] ‘culminando na realização da Convenção Nacional O negro na Constituinte’” (Silva, 2016, p.59) e por meio dela, os desdobramentos bases ao reconhecimento dos Quilombos no Brasil que se deu em 1988 com a redemocratização e promulgação da nova Constituição Federal (Silva, 2016).

Entretanto, embora esse ato de reconhecimento oficial dos Quilombos no Brasil tenha sido avaliado como um avanço, muitas lacunas permaneceram, já que a implementação de políticas públicas não se dá apenas por decreto. Daí iniciou-se uma “corrida” para definir concretamente o que eram os “Remanescentes de Quilombos” nomeados na CF/1988.

Nesse sentido, as comunidades quilombolas são resultantes de longas experiências históricas e aos seus modos “têm se oposto, por meio de suas formas de fazer, viver e pensar, aos modelos de desenvolvimento impostos pelo lucro do capital” (Silva, 2016, p. 62). Por isso, das características mais comuns que uma comunidade pode possuir, podendo ser verificada em qualquer região do país, o ato de se manter em território por um sentimento de pertencimento à terra, como lugar onde nasceu, se criou e viveu e por conta disso fundamentalmente se luta para permanecer nessa terra de heranças passadas de geração em geração é algo ainda latente nos quilombos contemporâneos, onde se luta por água, por demarcação, pelas florestas, por políticas públicas, tais como educação, visando sempre o fortalecimento do território coletivo.

Partindo dessa perspectiva – pensar quilombo como ‘o presente’, é necessário nos despirmos do conceito de quilombo como algo estático e reconhecê-lo na atualidade. Essa visão estática não reconhece as mudanças que ocorreram, ora por força das organizações próprias dos quilombos, ora pelas novas formas de escravização. Só a partir de uma compreensão nova, em que se considere a diversidade quilombola, suas características e especificidades culturais, regionais, geográficas e políticas é que podemos compreender melhor quem são os quilombos, suas lutas e resistências como estratégias de construção de seus modelos de desenvolvimento e processos organizativos próprios. É preciso pensar em um presente que coloque o Estado brasileiro na condição de agente devedor, mas, ao mesmo tempo, responsável pela elaboração e execução das políticas públicas para os quilombos,

rompendo com as marcas do passado escravo que as colocou em situação de desigualdade (Silva, 2016, p. 62).

Dessa maneira, o quilombo como não estático é um quilombo em processo e os sujeitos históricos que o compõe estando em um permanente *vir a ser* são a própria ação que estamos a chamar de Quilombolar-se, tornar-se ser social com identidades de classe, gênero e quilombola, um dos indicativos de que o alargar-se da classe trabalhadora acontece no pleno fazer-se.

Dá ser necessário compreender a Educação Quilombola como instrumento de luta contra o capitalismo, portanto, ponto de integração entre escola sistematizada e comunidade, por entender que o ser social com identidades de classe, gênero e quilombola, em seu processo de Quilombolar-se, não pode acontecer fora da Educação Quilombola dada a luta de classes ser também luta a um só tempo contra o racismo e o machismo.

Por isso, embora essa compreensão seja “escurecida” no Movimento Social Quilombola, temos que considerar outros elementos para a implementação de políticas públicas no sentido de garantir a representatividade necessária, mas sem esquecer da luta maior, a luta contra o capital. Para tanto, a Convenção 169 torna-se educativa ao estabelecer que povos e comunidades tradicionais

[...] deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. O Brasil além de ser signatário da convenção 169 da OIT, transformou-a em Lei Ordinária, com a aprovação do Congresso Nacional. O autorreconhecimento traz outras questões importantes e tem causado incômodos, sobretudo às forças conservadoras de nossa sociedade (Silva, 2016, p. 63).

Em que pese tudo isso, torna-se também emblemático registrar que esses tais “incômodos” também operam contraditoriamente no interior das comunidades quilombolas, em algumas situações. Nesses termos, também observamos nos quilombos reproduções dessas tais “forças conservadoras” colocadas por Silva (2016), as quais apontamos, com base em Lélia González (2021), como ações de “deformação” ou alienadoras, de acordo com Mészáros (2016).

Isso tem operado, embora possam parecer ações pontuais, “*umas aqui outras ali, de vez enquanto a gente ouve, a gente presencia*”, como nos disse a professora quilombola – liderança do coletivo de mulheres da Comunidade São Benedito do

Vizeu (Entrevista 16, nov.2023), em comportamentos individualistas nas comunidades, a citar a *“reinvindicação por cargos, a gente vê muito isso acontecer”*, continuou ela. Com isso, apontou-se que em algumas situações essas manifestações não acontecem no sentido de tornar alguém necessário à comunidade, mas sim, de torná-lo importante, conforme Bispo (2023).

Somam-se ainda a esses detalhes, negociações pessoais (em termos individuais), *“principalmente no período de politicagem”*, conforme nos afirmou a professora quilombola – liderança do coletivo de mulheres da Comunidade São Benedito do Vizeu (Entrevista 16, nov.2023), isto é, ao não diferenciarem que *“a política é um bem comum e politicagem é outra coisa que beneficia alguns e prejudica a maioria”*, segundo a liderança anciã quilombola (Entrevista 23, março, 2024), podendo produzir “deformações” nos processos de formação do ser social com identidades de classe, gênero e quilombola.

Assim, de forma a não “romantizar” as comunidades quilombolas, observamos que as pessoas que vivem, sentem, percebem suas cotidianidades, para além de vivenciarem suas identidades, também coexistem com pessoas no território que, embora sejam da comunidade, não se autorreconhecem quilombolas, dizem não serem quilombolas mesmo tendo nascido, sido criado ou residirem ali. Na vida cotidiana há pessoas nos quilombos que afirmam não se identificarem com as lutas. Não participam e até mesmo não são associados.

Trata-se de expressões da coexistência das mediações de primeira ordem com as mediações de segunda ordem presentes nas comunidades quilombolas, já que não estão fora do mundo do capital, mas em contradição com ele e vivenciam cotidianamente ações e tentativas de desarticulação dos territórios que vão, por exemplo, do estímulo à venda de roças, aos desentendimentos internos, usando inclusive fatores que o capital produz, a citar o egoísmo inerente à propriedade privada.

Como ação contrária, as lutas comunitárias cotidianas têm procurado fortalecer os quilombos através de processos de formação para Educação Quilombola como instrumento combativo às ações individualistas que *“de vez enquanto”*, como nos disse a professora quilombola liderança do coletivo de mulheres da Comunidade São Benedito do Vizeu (Entrevista 16, nov.2023), tentam enfraquecer a luta *“para manter o quilombo unido”*, isso requer que *“a gente esteja*

*atento todo tempo*”, continuou ela. Sendo os territórios quilombolas coletivos não podem permitir que ações individualistas, a citar o agronegócio e seus *plantations*, instalem-se no seu interior. Por isso, compreendemos que as lutas comunitárias cotidianas também são parte das lutas da classe trabalhadora e operam no seu alargamento.

Registra-se, nesse sentido, uma observação: o ato de filiação nas associações e o autodefinir-se quilombola não é ação obrigatória para se manter nos territórios. Mas, no momento em que não filiados e não autoidentificados quilombolas se manifestam contrários às lutas quilombolas acabam estimulando a desmobilização e isso tem conduzido lideranças entrevistadas a se sentirem, de “certa” forma, ameaçadas. Em algumas falas dos/das participantes diretos da pesquisa, notamos preocupações com essas não adesões ao modo de vida quilombola, por pessoas que se dizem não quilombolas mesmo vivendo nos territórios. Assim, a liderança quilombola da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023), ao ser perguntado sobre como o Ser social com identidades acontece no Quilombo Tambaí-Açu, nos disse:

O quilombola acontece de diversas formas. Mas quero iniciar falando de uma forma de quilombola aqui, ou pelo menos que se diz quilombola, que tem me incomodado muito, que é aquele que só é quilombola na hora do benefício, ou seja, ele só aparece aqui na associação quando ele sabe que vai receber alguma coisa e o pior ainda sai falando coisas que não deve dizer, porque não sabe como é, mas mesmo assim sai falando. E fala coisas, tipo – ‘eu não vou participar’ – ‘eu não sei o que é isso de quilombola’, - ‘ah! esse pessoal da associação já estão com besteira, nem precisa de tanto essa coisa de quilombola, não sei pra que ser quilombola’. Isso me preocupa muito sabe? Me deixa triste demais até... (Entrevista 10, ago.2023)

Nesse sentido, escutamos outras lideranças afetadas com falas que desmobilizam a organização nas comunidades quilombolas, como a professora quilombola da Comunidade Itabatinga (Entrevista 5, ago.2023), por exemplo, *“me sinto cansada às vezes, porque a gente convida, convida e não tem participação e quando a gente consegue reunir, tem gente aqui que diz – lá está o pessoal quilombola reunido. E eu pergunto – e tu não é quilombola?”*. Isso nos revela a não uniformidade da cultura já que, conforme Amílcar Cabral (2024, p. 186), “[...] embora



tenha um caráter de massa, não se desenvolve igualmente em todos os setores da sociedade”, daí a necessidade da educação transformadora.

Fazendo, portanto, um paralelo com a identidade quilombola, embora esteja no mesmo território, a compreensão da cultura libertadora não acontece mecanicamente, isto é, sem as mediações que lhe são inerentes, a citar as reproduções ampliadas da vida. Essas falas entendidas como “deformações” revelam muitas questões cruzadas que vão além do “incômodo” atingindo algo que nos é central, o modo (ou meios) de vida capitalista de ser que tem tentado se diluir na cultura de base comunitária quilombola ou no modo de vida quilombola de ser, conduzindo algumas pessoas à “dependência” de pensar ser um ser independente, individual, que não precisa viver em comunidade, não precisa da associação, nem do Movimento Social Quilombola. Esse ser egoísta, meritocrático enfraquece relações baseadas em princípios comunitários, daí que alguns desses conflitos se apresentam nas falas das lideranças e novamente evidenciam a necessidade da Educação Quilombola, de forma a fortalecer a perspectiva de outro acontecer quilombola que, de acordo com a liderança quilombola da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023), se dá quando

[...] a gente ver aquele feliz participando das atividades aqui, não só da Associação, mas nos eventos, nos cursos que vem. Ele participa, ele se integra, ajuda, contribui, partilha. E nem precisa ter nascido aqui para ser quilombola, não. O quilombola para mim está muito além de ter nascido aqui. Ter nascido aqui, pra mim não é condição central para ser quilombola, pois tenho visto muita gente que nasceu aqui, vive aqui e não é quilombola. Quilombola é identidade e a identidade a gente só entende se lutar, é na luta, na participação que a gente entende. Então, se não participa da comunidade para mim não é quilombola de luta, é quilombola só pra pegar benefício (Entrevista 10, ago.2023).

A partir do que nos afirmaram tanto a liderança quilombola da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023), quanto a professora quilombola da Comunidade Itabatinga (Entrevista 5, ago.2023) podemos pensar nas diversas formações e “deformações” dos processos que formam o ser social com identidades de classe, gênero e quilombola. Percebem como dialético esse acontecer que se faz na mediação entre afirmação de ser e de não ser. Ao conflitar *o ser e o não ser* produzem reafirmações, reencontros do *ser em si* que, ao se reconstruir, pode se tornar *seres para si*. Afinal, o Ser quilombola não pode ser visto estaticamente de

acordo com Silva (2016), muito menos como ser pronto e acabado. O Ser quilombola como Ser social é um constante *vir a ser histórico*, tal qual verificamos em Gramsci (2017).

Nesse sentido, continuamos a concordar com Mészáros (2016) que não há como pensar os processos que formam o ser social com identidades de classe, gênero e quilombola apenas pela perspectiva do campo produtivo, isto é, econômico. O Ser social com identidades, como observado a partir de todas as falas registradas aqui, é resultado de múltiplas mediações específicas.

De tal modo, destaca-se o sentido da Educação Quilombola enquanto processo de formação econômico-cultural do ser social com identidades de classe, gênero e quilombola por ser uma das particularidades “intrincadas”, conforme Mészáros (2016), na gama que compõe as múltiplas mediações específicas que constituem os seres sociais.

### **Educação Quilombola: Espaços-Tempos de Luta**

Viver na terra, ser trabalhador da Terra é produzir identidades, desse modo aprendemos com as mulheres e homens quilombolas em Mocajuba/PA, que a vida se produz e se reproduz sem fronteiras, cercas e/ou como espaços-tempos de produzir a vida associativamente conforme Tiriba e Fischer (2023). Afinal o território da educação quilombola se faz de acordo as/os participantes diretos da pesquisa no fazer-se pertencimento, sentir-se pertencente a terra e nesse pertencer lutar “todo dia e toda hora” tal qual diz o canto do Movimento Social Quilombola para permanecer, continuar a existir, pois o Quilombo só existe se houver luta. É na/da luta que se faz a Comunidade Quilombola, assim nos ensinou a liderança da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023). De tal modo esse é o sentimento que guia essa seção, ou seja, fazer-pensar o território da educação quilombola, como processo de formação econômico-cultural.

Tomados por essa base, entendemos, por exemplo, que, integrada aos sentidos das territorialidades, a Educação Quilombola reflete o direito ao território (Souza; Silva, 2021). Sendo uma parte da outra, terra e educação se coadunam no mesmo sentido – a luta pela vida dos territórios não é um fim voltado apenas ao acesso a demarcação, é preciso garantir a sua permanência e isso perpassa pelo

acesso aos direitos. Portanto, refletem-se outras evidências como indicadores do alargar-se da classe trabalhadora em processo, já que

Não é possível apreender o ‘específico’ sem identificar suas múltiplas interconexões com um sistema dado de mediações complexas. Em outras palavras, é preciso ser capaz de ver os elementos (sistemáticos) ‘atemporais’ na temporalidade e os elementos temporais nos fatores sistemáticos. [...] O determinismo econômico enquanto hipótese histórica é uma contradição de termos, porque implica a negação última da história. Se história significa alguma coisa, ela deve ser ‘inconclusa’ (Mészáros, 2016, p. 108-109).

Nos cabe, portanto, ampliar as percepções e incluir nas múltiplas mediações “outras” experiências de classe, de lutas de classes (Ciavatta, 2018) para entender os processos que constroem a “história inconclusa” como experiência para além das lutas sociais do século XIX, isto é, como elas se movem, como acontecem nos tempos atuais, incluindo as lutas por direitos, lutas identitárias, que também formam consciências de ser ou não ser alienado, por exemplo.

Muitas são as lutas nesse sentido no tempo-espço histórico presente. Para se ter acesso a direitos, mesmo estando eles garantidos por lei, a realidade exige lutas, tensionamentos. Nesse momento acontece o perceber que a luta não é só por representatividade e ocupação de espaços é também contra a organização e a gestão do sistema da sociedade de classes. Já que, na prática,

as comunidades têm vivenciado historicamente efeitos do racismo estrutural (Almeida, 2018). Diversas barreiras no acesso a políticas públicas fundamentais, com as educacionais, as de saúde, as ambientais e as voltadas à regularização fundiária de seus territórios tradicionais, estão presentes há gerações nas comunidades. O significativo grau de vulnerabilidade nos quilombos se aprofunda em situações de crises graves como atual (Souza; Silva, 2021, p.33).

O sentimento de pertencimento a um território revelado como principal característica da identidade quilombola é o traço principal da Educação Quilombola, por isso a luta pela terra é a luta por um futuro, o qual aprendemos com Krenak que é ancestral, isto é, um futuro que se constrói no agora fundado no ontem *em si*, “porque estava aqui” (Krenak, 2022, p. 11) e estando é enraizado na terra, como a própria terra é ancestral. Isso tem muito a nos dizer, pois envolve identidade[s]. Do mesmo modo, pensar essa terra ancestral nos recordou a inquietação da liderança

anciã quilombola (Entrevista 23, mar.2024) sobre a diferença entre trabalhador rural e trabalhador quilombola, pois nos disse ele:

[...] é diferente, pois antes há uma identidade no trabalhador quilombola que não combina com o trabalhador que trabalha pro outro. Talvez porque, o trabalhador quilombola produz o trabalho pra si, possui sua terra, não precisa sair da sua roça pra trabalhar, ele mora lá. Não é assalariado como é o trabalhador rural, talvez a diferença esteja aí e por isso tem que ser considerada, pois é a identidade do trabalhador. Talvez a diferença eu tenho pensado, está na identidade com a sua terra, trabalho da comunidade, que se acabar, acaba a comunidade inteira (Entrevista 23, mar.2024).

Identidade da terra é a relação com Terra Ancestral passada de geração em geração e é também Educação Quilombola, como parece nos apontar a liderança anciã quilombola (Entrevista 23, mar.2024). Diante das ameaças aos territórios, a exemplo do desmatamento crescente na região, e da percepção que “*se acabar, acaba a comunidade inteira*”, compreendemos que essa relação com a terra que produz alimento, produz também a identidade do trabalhador que, de acordo com o mesmo, “*não combina com o trabalho pro outro*”. Nesse sentido, a terra que alimenta a identidade precisa ser compreendida como processo de formação, de forma a construir bases para entendimentos do acontecer quilombola por meio também da Educação Escolar Quilombola,

[...] num outro sentido, [...] saber trazer para o primeiro plano a própria história, pesquisada, construída pelo alunado e professorado da comunidade, onde se vivem os problemas reais e se enfrentam as dificuldades, procurando os caminhos de esperança em melhores tempos de luta e consciência comum. Na *escureza* do seu projeto político pedagógico, na incorporação do dia a dia escolar de práticas de uma Pedagogia Crioula (Nascimento, 2017), nesse modo de as mulheres guerreiras estenderem as lutas da comunidade para as salas de aula e para fora delas, revalorizando a história, pesquisando os saberes ancestrais, provocando os saberes existentes, entendendo a possibilidade de viver em harmonia com a natureza e valorizando o respeito pelos recursos oferecidos, encarando as transformações contemporâneas e estudando as perspectivas que se apresentam, dando voz a cada aluna e a cada aluno para que encontrem o seu futuro na consciência de cada um é um ‘nós’ (Paiva, 2021, p. 176, grifo nosso).

Nessa experiência da Pedagogia Crioula apresentada por Paiva (2021) observamos as matrizes temáticas do currículo escolar, as mesmas que almeja o Movimento Social Quilombola na implementação da Educação Escolar Quilombola –

“Putirum Quilombola” no município de Mocajuba/PA. Caminhada que se iniciou em 2018, no município de Baião/PA, por meio da realização do I Encontro da Educação Quilombola da Regional Tocantina, realizado pelo GT/Quilombola em parceria com a Malungu. O encontro se configurou, a partir de tensionamentos, na Coordenação de Formação da Educação Escolar Quilombola (CFFEQ) no interior da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura (SEMEC) em Mocajuba entre os anos de 2021 e 2022, desenvolvendo os primeiros passos da implementação, com as comunidades quilombolas, da Resolução CNE 08/2012 que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola.

Ações educativas ao produzirem “outras pedagogias”, conforme Arroyo (2012). Da mesma forma, também nos revela, de acordo com Gomes (2017, p. 38, grifos nossos) “[...] o protagonismo desse movimento social como ator *e/ou sujeito* político e educador. Ator *e/ou sujeito* que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios”.

O Movimento Social Quilombola de Mocajuba/PA foi reconhecido, inclusive nacionalmente através da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, pela implementação da Educação Escolar Quilombola nesse município, sobretudo após conseguir elaborar diretrizes municipais próprias (Resolução CME 039/2022) por meio da realização dos Encontros de Formação, os chamados “Putiruns Quilombolas”, cuja metodologia pretagogizada pode ser verificada em Miranda e García (2022).

Os Putiruns Quilombolas configurados como espaços de formação do Movimento Social Popular Quilombola de Mocajuba/PA têm contribuído concretamente com os processos de formação econômico-cultural do ser social com identidades de classe, gênero e quilombola em toda região da Amazônia região Tocantina. Ecos desse trabalho proporcionado pela parceria entre Comunidades Quilombolas e Movimento Social Quilombola têm transcendido fronteiras municipais, ocasionando que experiências sejam vivenciadas mesmo indiretamente pelas diversas comunidades que compõem essa região, a citar o Território Terra da Liberdade no município de Cametá/PA, dentre outros.

Esse Movimento Social Quilombola que produz educação *em si*, segundo Gomes (2017), e ainda como movimento que produz Pretagogias, como nos demonstraram Miranda e García (2022), aponta evidências de que os Putiruns

Quilombolas, enquanto incorporações desse sentido de fazer “outras escolas”, também formam a classe trabalhadora dos nossos tempos.

O processo de formação do Movimento Social Quilombola em Mocajuba/PA (em curso) se configura como curricularidades, por ser o próprio caminho de se pensar a educação com base na identidade de povos e comunidades tradicionais. Por isso, concordamos com Gomes (2017) que o Movimento Quilombola, ao propor e lutar pela educação de base comunitária a exemplo do que tem ocorrido na experiência de Mocajuba/PA, reconstrói saberes de emancipação ancestrais e isso é o próprio ato educativo do trabalho, por ser histórico.

Portanto, as Comunidades Quilombolas da Amazônia região Tocantina apontam “outras escolas” que são base comunitária de seus saberes, como a escola do movimento que gira em torno de suas ações, suas bandeiras de lutas por direitos conquistados, de forma que, como nos disse a liderança quilombola da ACREQTA (Entrevista 10, ago.2023), “*Educação Quilombola não se faz sem o Movimento Social*”. Elemento esse garantido por meio de suas lutas na forma de diretriz na Resolução CME 039/2022<sup>16</sup>. Por isso, ouvimos no Movimento Educador Quilombola dos Putiruns que, nesses espaços, as pessoas se sentem mais livres e ao cantarem convocam – “*traga a bandeira de luta, deixa a bandeira passar... Essa é a nossa conduta, vamos unir para mudar*”<sup>17</sup>.

Esse é o espírito em que todas as dimensões da educação podem ser reunidas. Dessa forma, os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes (Mészáros, 2008, p.59).

Dimensões da educação formal que precisam se integrar à Educação Quilombola. Essa é a luta, é a bandeira que passa e convida à mudança, pois o Movimento Educador Quilombola já percebeu e nos aponta que, se não houver mudança, a Educação Escolar Quilombola não se constituirá.

Daí a necessidade de se fazer-pensar o projeto da escola quilombola mirando os processos de formação da identidade com um “leve estiramento” conforme Fanon

---

<sup>16</sup>Documento que trata sobre as Diretrizes Municipais para Educação Escolar Quilombola de Mocajuba/PA. Pode ser verificado na íntegra no site da Malungu: <https://malungu.org/luta-do-movimento-quilombola-para-implantar-diretrizes-curriculares-municipais-para-educacao-escolar-quilombola/>. Acesso em 06 de abril de 2024.

<sup>17</sup>Cantos da Pastoral da Juventude, Movimento da Juventude Católica.

(1968) do que pensou Bogo (2010), já que talvez não caiba aqui o seu entendimento de que o popular (a massa) apenas “circunda” à classe, ou seja, não é classe, por isso precisa ser, segundo suas palavras, “formulada pela classe organizada” (Bogo, 2010, p. 153). Ou seja, a classe que possui a cartilha, o manual de instruções, o receituário dos iluminados?

Alargando, continuamos a reivindicar, conforme Mariátegui (2023), que a luta de classes na Amazônia não pode ser “decalque” ocidental e que o “popular” também é classe em potencial (Fernandes, 1975), até porque as classes não são prontas e acabadas, de acordo com Hobsbawm (2015). Portanto, compreendendo a classe em formação econômico-cultural e determinada pela produção e reproduções da vida (Vendramini, 2022), isto é, pelo contínuo *vir a ser*, conforme Thompson (1987). Por isso, o que se almeja é fortalecer as bases da escola que produz a comunidade, mas como “*escola construída por nós*”, de acordo com o jovem quilombola da Vila Vizânia (Roda de conversa 2, jul.2023), enquanto aspiração de liberdade, emancipação não apenas dos espaços escolares formais, mas de todos os espaços sistematizados e dominados pela ocidentalidade de base capitalista.

Guiadas por “outras” bases, de acordo com Silva (2016), a Educação Quilombola compreendida como um organismo amplo, portanto, como educação inteira, necessita de “outros” espaços-tempos não orientados pela lógica do bater ponto empresarial neoliberal que invadiu as escolas sistematizadas, mas pelas curricularidades ao se construir na mistura de saberes ancestrais e circulares, se constituem conforme Bispo (et. al. 2022) em “compostos de escolas” e/ou “outras” escolas que educam a classe trabalhadora alargada.

## **Considerações**

Educação e Movimento Social que transformam a vida, se despontam nas lutas comunitárias cotidianas, como “melhor escola de ser quilombola” nos demonstrou a Mulher Quilombola (epígrafe dessa exposição). Evidências de que tanto educação, quanto movimento social são a um só tempo processos de formação.

Nessa perspectiva, considerando os elementos apontados como características de formação econômico-cultural nos processos de luta contra lógica

capitalista, faz-se necessário ressaltar, focados na Educação Quilombola, que o ato de Quilombolar-se perpassa fundamentalmente desse fazer-se, ou seja, dos processos que movimentam e constroem as lutas comunitárias cotidianas. Por isso, compreendemos que a Educação Quilombola é o principal composto dessa experiência de formação social, por se tratar de uma gama de processos que se entrecruzam em experiências de lutas desde a diáspora Africana, formações de quilombos no Brasil, formação dos Movimentos Sociais Negros, Movimentos Sociais Quilombolas e suas lutas até o tempo-presente, ou seja, a Educação Quilombola é o elo “nós” que a filosofia africana nomeia por *Ubuntu*.

Nesse sentido, entendemos essas noções, como elementos que alargam conceitos de lutas e produzem “outras” perspectivas para lutas de classes, alargando inclusive as percepções de classe trabalhadora, para além dos chãos da fábrica e de trabalhadoras/es assalariados no sentido clássico. Ao lutarem por modos de vida, por suas identidades produzem “outras” lutas contra o capitalismo e “outras” formas de se fazer social.

De base dessas percepções como experiências vividas, sentidas e modificadas conforme Thompson (1981), observamos também, a necessidade de pensar a formação da classe trabalhadora de nossos tempos, compreendendo-a por meio de lutas identitárias, lutas comunitárias cotidianas, lutas de povos/comunidades tradicionais como lutas descoloniais, contra-coloniais, contra hierarquias herdadas. Lutas que aos seus modos também são lutas contra o capitalismo, portanto, lutas das classes trabalhadoras, inclusive trabalhadores da terra, da Mãe Terra.

Portanto, como lutas produtoras de educação, consideramos para continuar fazendo-pensando outras pesquisas, que o território da educação quilombola é o Quilombo, ou seja, nessa experiência território e educação são a um só tempo forma e conteúdo. Daí, como tornar o Quilombo, território da Educação Escolar Quilombola e/ou educação sistematizada? Eis o convite que a mulher quilombola (epígrafe) parece nos fazer, ousemos também ser movimento para transformar realidades e construirmos processos realmente emancipatórios não somente para seres humanos, mas para todo o organismo vivo chamado Terra.



## Referências

- ARROYO, Miguel G. **As matrizes pedagógicas da educação do campo na perspectiva da luta de classes**. O protagonismo dos Movimentos Sociais do Campo, Anais..., UFPR, 2006.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BISBO, Antônio dos Santos et. al, (orgs.). **Composto de Escola**: comunidades de sabenças vivas. São Paulo: N-1 edições, 2022.
- BISBO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora; São Paulo: PISEAGRAMA, 2023.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CABRAL, Amílcar. **Amílcar Cabral**: discursos anticoloniais. São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e a Classes Sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: MARTUSCELLI, Enrico Danilo; SILVA, Jair Batista da (orgs.). **Racismo, Etnia e Lutas de Classes no Debate Marxista**. Chapecó: Ed. dos Autores, 2021.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**: introdução ao estudo da Filosofia de Benedetto Croce. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- HOBBSBAWN, Eric, J. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre a História operária. Tradução Waldea B. e Sandra B. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma Social ou Revolução (1899). In: LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo e o Protagonismo das Lutas de Massa**. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 3. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976. v. 1, v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo Indo-Americano**: Ensaios escolhidos. Tradução Luiz Sérgio Henrique. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do Capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIRANDA, Ellen R. da Silva; GARCÍA, Jesús Jorge Perez. Putiruns Quilombolas: Experiências Pretagógicas nos Processos de Implementação da Resolução 08/2012 em Mocajuba. **Revista Afros & Amazônicos**, Rondônia, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares; Brasília: OR editorial, Produtor Independente, 2002.

PAIVA, José Carlos de Paiva. Este tempo em que vivemos precisa de nossa atenção e de nossa interferência: o exemplo da luta das comunidades quilombolas. In: SILVA, Givânia Maria et al (orgs). **Educação Quilombola**: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PRASHAD, Vijay. Introdução. In: PRASHAD, Vijay (org.). **HÔ CHÍ MINH**: Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2023. pp.11-52.

SOUZA, Bárbara Oliveira; SILVA, Givânia Maria. Introdução. In: SILVA, Givânia Maria et al. **Educação Quilombola**: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v.1.

TIRIBA, Lia. Trabalho-Educação, Modos de Vida e Estrutura de Sentimentos em comunidades tradicionais. In: **Anais do 16º Colóquio Nacional e 7º Colóquio Internacional do Museu Pedagógico da UESB, Vitória da Conquista**, 2022. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/10901/10705>. Acesso em 10 de junho de 2023.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. In: TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida e espaços tempos de produção não capitalista**. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

VENDRAMINI, Celia Regina. O fazer-se da classe trabalhadora: migrações campo-cidade. In.: ALVES, Ana Elisabeth Santos; TIRIBA Lia (orgs.). **Cios da Terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.